

A ESTRATÉGIA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA A AMAZÔNIA. FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO MILITAR NO SUL DA AMÉRICA LATINAⁱ

ADRIANA A. MARQUES – PPG-USP

Dois processos são fundamentais para a compreensão do pensamento estratégico-militar brasileiro contemporâneo: o arrefecimento das rivalidades entre o Brasil e a Argentina e a crescente importância atribuída à Amazônia.

A percepção do Exército sobre a região amazônica resulta, em parte, de uma análise institucional que concatena fatos históricos e processos em curso nos âmbitos internacional, regional e nacional.

No nível sistêmico, o término da Guerra Fria e a ampliação da agenda de segurança internacional, que incorporou temas como meio ambiente, direitos humanos e ilícitos transnacionais, são vistos com preocupação pelos militares brasileiros, pois diminuíram o grau de previsibilidade das situações nas quais a força pode ser empregada.

A análise do panorama estratégico-militar internacional feita pelo Exército enfatiza certos aspectos em detrimento de outros e trata com ambigüidade temas importantes. Neste sentido, é interessante notar que, por um lado, o oficialato reconhece a obsolescência de alguns princípios do Tratado de Westfália (1648). Porém, percebe-se uma grande resistência da instituição em aceitar as mudanças operadas no sistema internacional, especialmente no que tange à problemática da soberania.

A globalização é vista pelo Exército de maneira pessimista e se revela, em última instância, uma nova forma de colonialismo onde a expansão dos Estados não se faz mais através da conquista territorial. Em sua nova versão,

o colonialismo se caracteriza pela conquista de mercados abastecedores e, principalmente, consumidores.

Deste novo quadro internacional, o Exército presume que as relações conflitivas Leste-Oeste reinantes durante a Guerra Fria, tendem a manifestar-se, agora, entre o Norte e o Sul. No marco dessas novas tensões, a capacidade de interferência das organizações internacionais nos assuntos internos dos países do Sul seria maior, flexibilizando o conceito tradicional de soberania e criando o chamado “direito de ingerência”.

Uma das iniciativas dos países ricos do Norte para tentar enfraquecer a soberania dos países do Sul, e mais especificamente dos países latino-americanos, seria transformar as Forças Armadas da América Latina em *Guardas Nacionais*. Na dita “divisão de trabalho” proposta pelos países ricos do Norte para os países do Sul, os últimos desempenhariam atividades semipoliciais, deixando a segurança militar sob os cuidados de organizações internacionais.

Na América a segurança militar do continente ficaria a cargo dos Estados Unidos, enquanto os países latino-americanos seriam pressionados a diminuir seus efetivos militares e mudar a missão de suas Forças Armadas, que deveriam preparar-se prioritariamente para o combate ao crime organizado, ao contrabando e ao tráfico de drogas.

As tensões norte-sul, tal como são concebidas pelo Exército, envolvem também divergências na área ambiental. O componente ambiental das tensões entre os países do Norte e do Sul é bastante enfatizado pelo Exército brasileiro, que relaciona a suposta flexibilização do conceito de soberania à possibilidade de uma intervenção militar na Amazônia.

Por isso, é recorrente nas monografias de final de cursos dos alunos da ECEME o uso de termos como *balcanização*, e, até mesmo, *mexicanização* da Amazônia. A *balcanização* da Amazônia estaria

relacionada à existência de reservas indígenas na região. O Exército não vê com bons olhos a demarcação das terras indígenas pois acredita que as reservas podem se transformar em “enclaves étnicos” que serviriam de justificativa para uma possível intervenção internacional na Amazônia. Já a *mexicanização* da Amazônia seria o resultado de dois fatores distintos: um suposto “vazio demográfico” na região e a existência das reservas indígenas.

A visão do Exército acerca do papel desempenhado pelas ONGs estrangeiras na Amazônia é um tema importante e merece algumas considerações. O Exército tem uma grande dificuldade para dissociar a atuação das ONGs da política oficial dos países aos quais essas organizações pertencem. Ora as ONGs são temidas por exercerem uma forte influência sobre seus países de origem; ora elas são vistas como meros instrumentos dos países ricos. Em suma, na visão do Exército, a presença de ONGs estrangeiras na Amazônia é perniciosa e pode prejudicar o desenvolvimento da região.

No âmbito regional, dois aspectos são enfatizados pelo oficialato em suas análises conjunturais sobre a Amazônia: a suposta associação entre os traficantes de drogas e os movimentos guerrilheiros existentes na região andina, e a edificação do Mercosul. A respeito do primeiro tema, percebe-se a tentativa de estabelecer uma ligação entre uma antiga “ameaça”, o *comunismo*, e sua “nova versão”, a *narcoguerrilha*.

Porém, há uma diferença fundamental entre a época da Guerra Fria, quando o combate ao comunismo era uma diretriz comum a quase todos os Exércitos americanos, e o atual panorama estratégico-militar na América do Sul. Desde o governo de Ernesto Geisel, sobretudo após o rompimento do Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos em 1977, as Forças Armadas brasileiras vêm buscando alcançar a autonomia estratégica do país. O Exército, em particular, dedica-se desde esta época à elaboração de uma

doutrina militar genuinamente brasileira que tem como um dos traços principais justamente a percepção de que os possíveis inimigos do Exército brasileiro estariam no hemisfério norte.

Por isso, as pressões do governo norte-americano para que as Forças Armadas da América Latina participem mais ativamente do combate ao tráfico de drogas e, mais recentemente, a forte presença dos Estados Unidos na Colômbia são vistas com cautela pelo Exército.

Para o Exército, se os cartéis colombianos, os contrabandistas e os movimentos guerrilheiros passarem a utilizar a Amazônia brasileira como base de operações, abrir-se-á mais um flanco para que a comunidade internacional acuse o governo brasileiro de ser incapaz de controlar seu próprio território e proteger a floresta amazônica.

Em razão das possibilidades acima citadas, é crescente no oficialato a percepção de que os problemas existentes nas faixas fronteiriças amazônicas não podem ser solucionados unilateralmente pelo governo brasileiro. Algumas ações do governo brasileiro, especialmente a proposta de criação de um SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) “regional”, são indícios de que a tese da cooperação nas áreas de segurança e defesa vem ganhando força no país.

A convicção de que apenas através da cooperação com os países vizinhos será possível solucionar os problemas de segurança que estão afetando a América do Sul vem operando paulatinas mudanças na maneira como o Exército vê o processo de integração em curso no Cone Sul. A antiga postura defensiva da instituição em relação à cooperação nas áreas de segurança e defesa, que levou o general Leônidas Pires Gonçalves, então Ministro do Exército, a afirmar durante as negociações para a formação do Mercosul que o Brasil construiria um armamento nuclear se julgasse que a Argentina o faria, foi substituída por uma visão mais positiva do processo de

integração regional. O Exército ainda é reticente a respeito da criação de uma aliança militar no Mercosul nos moldes europeus, mas não descarta essa possibilidade num futuro distante.

De acordo com Karl W. Deutsch, a principal condição para o surgimento de uma *comunidade de segurança pluralista* é a improbabilidade de que os países que dela participam entrem em guerra. Outro passo importante para a constituição de uma *comunidade de segurança pluralista* é a definição de ameaças que afetem todos os países membros dessa comunidade.

Na percepção do oficialato do Exército, o Mercosul motivou o fim das hipóteses de emprego da força de cada país do bloco contra seus vizinhos. Uma próxima etapa no processo de aprofundamento da cooperação militar no âmbito do Mercosul seria a identificação de ameaças que afetassem toda a região. Nestes termos o aprofundamento da cooperação militar na América do Sul poderia auxiliar na “defesa da Amazônia” se a assimetria em relação aos países ricos e o “direito de ingerência” passarem a ser vistos como “ameaças” a todos os países da região e não apenas ao Brasil.

No âmbito doméstico três categorias de questões contribuem para a identificação da Amazônia como prioridade estratégica.

A primeira ordem de questões refere-se a problemas como a degradação do meio ambiente, o garimpo, o contrabando de madeira, minerais e armas, além da biopirataria, que afetam as áreas fronteiriças amazônicas tornando-as cada vez mais vulneráveis à *cobiça internacional*. Nesta ordem de questões também se inserem o suposto vazio demográfico existente na Amazônia e a escassa presença governamental na área.

O Exército teme as conseqüências da parca presença do Estado na Amazônia para a população local. Acredita-se que, em face do descaso do

poder público, os traficantes de drogas que atuam nas áreas fronteiriças podem vir a aliciar os habitantes dessas regiões.

Para evitar tal situação o Estado brasileiro deve, na opinião do oficialato, ampliar sua presença nas fronteiras norte do país. O Programa Calha Norte (1985) expressa com bastante propriedade a percepção do Exército sobre a Amazônia, seus problemas e as medidas que devem ser tomadas para enfrentar as carências mais sérias da área e assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial na região.

O Calha Norte é um programa multiministerial, mas o empenho do Exército para a consecução do Programa é visivelmente maior que o empenho de outras áreas do governo. Isto, provavelmente, deve-se ao fato de que a importância da Amazônia para a instituição transcende a preocupação com a segurança da região.

A segunda ordem de questões que contribuem para a identificação da Amazônia como prioridade estratégica do Exército referem-se, portanto, à manutenção de interesses corporativos da instituição.

É sabido que desde a volta dos civis ao poder, em meados da década de 1980, as Forças Armadas brasileiras vêm enfrentando dificuldades para implementar seus projetos militares. Neste sentido, deve-se ressaltar que a garantia da soberania brasileira na região amazônica, ao contrário de outros temas relativos à Defesa Nacional, tem despertado a atenção do parlamento para a necessidade do país investir mais na área militar.

O Calha Norte, que sofreu duras críticas de grupos ambientalistas, da Igreja Católica e de parlamentares de esquerda na época de sua implantação, tornou-se um trunfo que tem permitido ao Exército angariar recursos e prestígio, desde a escalada da guerra civil na Colômbia durante a década de 1990.

Mas há ainda uma terceira ordem de questões referentes à importância estratégica da região amazônica que merecem ser destacadas. É possível afirmar que a Amazônia tornou-se para o Exército um símbolo da nacionalidade, da territorialidade e do preparo militar, reavivando sua mais antiga autoconcepção: a de fundador da própria Nação.

O Exército brasileiro recuperou vários episódios do período colonial na tentativa de encontrar uma continuidade histórica na atuação da instituição na Amazônia. A associação que o Exército estabelece entre a construção dos fortes de São Gabriel e São José de Marabitanas na região do Alto Rio Negro, por iniciativa de Portugal, e a criação dos pelotões de fronteira na mesma área, uma iniciativa do Programa Calha Norte, é representativa desse intento.

A instituição atribui um significado muito especial para sua presença na Amazônia. Ao comparar seu papel na área do Alto Rio Negro ao de colonizador, o Exército deixa transparecer que não vê sua presença apenas como uma resposta a ameaças provenientes do sistema internacional, ou como trunfo para obter benefícios do governo. Pode-se afirmar que o Exército acredita estar cumprindo uma espécie de “missão civilizatória”.

Celso Castro, em seu livro *“A invenção do Exército brasileiro”*, afirma que a perda de poder político das Forças Armadas brasileiras após o fim da ditadura militar operou modificações importantes nos elementos simbólicos que caracterizaram a instituição por décadas. O autor argumenta que é possível associar a crescente importância simbólica da Batalha de Guararapes para o Exército brasileiro à percepção institucional de que a Amazônia é alvo da *cobiça internacional* e deve ser defendida. Ainda de acordo com Castro, a campanha de emboscadas de Guararapes remete implicitamente à *doutrina de resistência* que foi desenvolvida pelo Exército na década de 1990.

Como já foi dito anteriormente, o Exército, desde o final da década de 1970, dedica-se à elaboração de uma doutrina militar brasileira. Para alcançar tal objetivo, a instituição foi buscar na história militar do país elementos que pudessem auxiliá-la nesta empresa.

A *estratégia da presença*, uma herança do Exército português, também está sendo atualizada, privilegiando agora a presença nacional nas fronteiras amazônicas. No cerne da *estratégia da presença* está a idéia de que o Exército deve assumir o papel do Estado quando este não é capaz de cumprir suas funções.

Do exposto acima se pode concluir que a atuação do Exército na região amazônica tem uma dimensão simbólica que não deve ser desconsiderada. A presença do Exército na Amazônia não atende apenas a imperativos de segurança e defesa. Ela age como símbolo mobilizador a partir do qual o Exército vem reelaborando sua identidade institucional.

Finalizando, a percepção de que a Amazônia é a principal vulnerabilidade estratégica do Brasil vem operando mudanças paulatinas na visão do Exército sobre a aproximação entre as Forças Armadas na América do Sul. A instituição percebeu que a cooperação nas áreas de segurança e defesa com os vizinhos sul-americanos é uma medida bastante eficaz para dissuadir uma hipotética ameaça à soberania brasileira sobre a região amazônica. Nesse sentido, é importante enfatizar que uma postura mais cooperativa do Exército brasileiro com seus vizinhos pode contribuir para o surgimento de uma *comunidade de segurança pluralista* no sul da América Latina.

ⁱ Este texto é uma versão resumida do ensaio A estratégia amazônica do Exército brasileiro e o surgimento de uma comunidade de segurança no sul da América Latina. O texto completo do ensaio pode ser consultado em: www.duei.de/iik/workingpapers